

A isoglossa de Tordesillas

IVO CASTRO

1. O que sempre mais me impressionou, na história do Tratado de Tordesillas, foi aquele gesto de uma mão apostólica, traçando de alto a baixo sobre um mapa do mundo a divisória de dois impérios e definindo por antecipação os espaços reservados às línguas suas companheiras. Impressiona-me a teatralidade do gesto, destinado a funcionar no plano litúrgico da ordenação do mundo, muito mais do que a sua eficácia histórica, que é indiscutível, ou a sua infalibilidade, que o é menos. É certo que o mundo em vias de ser descoberto e ocupado por espanhóis e portugueses ficou repartido de facto entre as duas potências colonizadoras, como se pretendia. Mas não é menos certo que nada deve à infalibilidade papal, na época felizmente ainda não dogmatizada, o traçado de um meridiano que em 1493 passava a umas equívocas 100 léguas a ocidente dos Açores e de Cabo Verde, impossíveis de calcular porque os dois arquipélagos não repousam na mesma longitude, e que no ano seguinte, 1494, já progredira para 370 léguas de Cabo Verde, incluindo assim no hemisfério português uma parte considerável do Brasil, aquela que fica a oriente de uma linha que corre desde a cidade de Belém do Pará até à cidade de Florianópolis, quase no extremo sul do país. Salta à vista, mesmo de um míope, que este Brasil não é exactamente aquele que hoje ocupa nos mapas um território muitíssimo mais vasto, onde ao triângulo definido em Tordesillas se adicionaram as imensidões da Amazónia, do Pará, de Mato Grosso e dos estados do sul. Estas aquisições territoriais a oeste da linha traçada pelo papa Alexandre VI

foram posteriormente legitimadas por tratados setecentistas e algumas guerras oitocentistas, mas não é por isso que deixam de evidenciar, com o seu excesso, que o gesto da mão papal só foi certo no plano simbólico. Não podia, se calhar, deixar de ser assim: o milagre da propagação do Brasil era inevitável desde que Deus, decerto muito antes de Tordesillas, se tornou cidadão brasileiro.

2. Mudando da clave apostólica para a clave linguística, poderíamos dizer que, se o meridiano de Tordesillas não funciona como fronteira política, tão pouco funciona como fronteira separadora de línguas. A não ser, repito, no plano simbólico.

Por isso, quando falo de «isoglossa de Tordesillas», não me refiro, como é óbvio, a uma linha separadora de duas variantes dialectais do mesmo fenómeno, mas antes ao feixe português-espanhol de isoglossas que mais ou menos acompanha a fronteira terrestre do Brasil, feixe cujo traçado, como é próprio de um contexto neo-românico, foi condicionado pela geografia política. (Desse modo, a imprecisão terminológica é agravada pela omissão de quaisquer referências à situação histórica, política e linguística das Filipinas e Oriente Extremo em geral, por onde passa também o meridiano de Tordesillas; confio que as diferenças entre a natureza, intensidade e efeitos da colonização, aí e na América Latina, sejam suficientes para desculpar a minha concentração nesta segunda região do mundo).

Quando dizemos que, na América Latina, duas línguas românicas são faladas como línguas nacionais, estamos a postular a existência de uma fronteira linguística coincidente com a fronteira política que estabelece a separação entre o Brasil lusófono e os seus vizinhos, desde, ao norte, as três Guianas não-hispanófonas, seguidas por Venezuela, Colômbia, Bolívia, Paraguai e, no sul, Argentina e Uruguai. A coincidência entre as fronteiras não pode ser perfeita, sobretudo nas regiões despovoadas e inacessíveis dos contrafortes andinos e das profundezas amazónicas; ocorre mesmo a própria fronteira política, mal policiada e permeável a deslocamentos de populações, não saber por onde deve passar exactamente. Descontadas todas essas imperfeições que, a não existirem, nos fariam suspeitar estarmos perante um cenário desumanizado, e descontadas também as especificidades do espanhol e do português americanos, a fronteira linguística de que estamos falando é formada com os mesmos critérios que, na Península Ibérica, servem para demarcar a faixa dos dialectos galego-portugueses da mancha formada pelos dialectos leoneses, extremenhos e andaluzes. Critérios que, na proposta célebre de Ramón Menéndez Pidal, se cristalizam em «una línea que pase por entre pueblos vecinos, de los cuales los de Occidente no diptonguen la *o* y *e* latinas, diciendo *corpo, terra*, y los de Oriente las diptonguen, diciendo

cuervo, tierra»¹. Esta linha, que corre de norte a sul entre a foz do rio Navia, nas Astúrias, e a foz do Guadiana, tem uma dupla natureza: no seu troço setentrional é antiga e independente dos destinos políticos das populações, mas, quando entra nos terrenos da Reconquista, da província de Salamanca para baixo, tende a sujeitar-se às divisórias políticas que aquela definiu. É precisamente este troço mais moderno, implantado no séc. XIII, aquele que separava os portugueses dos extremenhos e andaluzes que foram primeiros colonizadores americanos. Do lado português, além de se conservarem as duas vogais latinas, conservava-se *f*- inicial, sincopavam-se *-n-* e *-l-* intervocálicos, distinguiam-se as sibilantes surdas das suas correspondentes sonoras, assim como se distinguiam claramente dois fonemas labiais, um correspondente ao grafema e outro ao grafema <v>. Do lado espanhol, ditongavam-se *e* e *o*, aspirava-se *f*- inicial, mantinham-se as consoantes intervocálicas *-n-*, *-l-*, mas sincopava-se *-d-*, não se distinguiam as sibilantes surdas e sonoras, nem as labiais. Estes contrastes principais, com outros de todas as naturezas, foram levados para a América pelos colonizadores no estado em que hoje se encontram ou a meio de processos evolutivos que, nas colónias, haviam de prosseguir o seu caminho. Se, por hipótese, dois territórios muito próximos tivessem recebido, nos primeiros tempos, contingentes espanhóis e portugueses, sem dúvida que entre eles se teria reconstituído esta fronteira em moldes quase europeus. Mas o espaço americano era enorme e os focos de instalação dos colonizadores naturalmente muito distanciados, de modo que se perdeu a funcionalidade da fronteira.

Os espanhóis partiram de um foco situado nas Antilhas para a ocupação de México e Guatemala e também em direcção ao sul, para a fundação de Nueva Granada e de um outro foco situado em Panamá, para a conquista da costa do Pacífico, em direcção ao Peru. Daqui, irradiaram movimentos de conquista dirigidos para sul, em direcção a Bolívia, Chile e Tucumán, e para norte, contra Equador e Colômbia. Um último foco, movido directamente de Espanha, garantiu a conquista da região do Rio de la Plata e do Paraguai. Os espanhóis descreveram assim, a partir destes vários focos, um amplo arco circunscrevendo o que viria a ser o Brasil.

Este conceito de «Brasil», como nos conta Antônio Houaiss, no primeiro século da colonização não significava mais que uma estreita faixa da costa brasileira, povoada por uns 30 mil portugueses e seus descendentes, por um ou dois milhões de índios em decréscimo e retirada para o interior e ainda por uns 20 a 30 mil escravos negros, trazidos de Angola e da costa da Guiné.

¹ *El Dialecto Leonés*, 1906. Cf. também *Lexicon der Romanistischen Linguistik*, ed. G. Holthus, M. Metzeltin, Ch. Schmitt, Bd. VI, 1, Tubingen, Niemeyer, 1992, p. xxxviii.

No final do séc. XVII, esse território tinha crescido para todo o Nordeste, Bahia e faixa litoral do sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), estando ainda circunscrito, portanto, pelos limites «legais» decididos em Tordesillas; a população tinha crescido para 200 mil brancos, 400 mil negros e um milhão e meio de índios, o que, atendendo ao crescimento territorial, marca um decréscimo dramático da presença autóctone ². Mas o ponto a reter é este: nessa altura, entre os colonos portugueses e os espanhóis ainda havia quase um continente de permeio: no séc. XVIII, dão-se os avanços sistematizados para o interior, com a ocupação de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e com a exploração da bacia amazónica até aos limites da actual fronteira política. Para que esta estivesse mais ou menos definida, faltava resolver problemas territoriais no Ríio de la Plata, no Acre e nas Guianas, o que aconteceria no séc. XIX. Hoje, seria precisa uma dialectologia muito minuciosa, que na América Latina não dá sinais de se desenvolver, para nos dar a conhecer o estado actual, as discontinuidades, os particularismos regionais, as interferências da fronteira entre português e espanhol.

3. Por «isoglossa de Tordesillas» entendamos então, e para sintetizar, a projecção transcontinental, para ambiente latino-americano, da fronteira linguística ocidental do espanhol peninsular e a sua lenta reconstituição nas novas condições. Além de duas línguas que não são exactamente as mesmas da Europa, esta projecção separa duas colonizações, dois métodos diferentes de mudar o mundo. Falemos desses dois métodos e da influência que eles tiveram na configuração linguística, e também nacional e cultural, dos países nascidos de ambas as colonizações.

4. Começando, de certa maneira, pelo fim, notarei como se acham estranhamente divorciadas as bibliografias linguísticas dedicadas ao espanhol e ao português de América, sendo muito raras as obras que ensaiam um tratamento confrontado ou paralelo, para não dizer já conjunto, do modo como as duas línguas se aclimataram aos espaços coloniais. Não cabe dizer que o mesmo se passa em relação à Península Ibérica: além de não ser completamente verdade, pois, pelo menos do lado espanhol, dispomos de obras que são também indispensáveis marcos de referência para a linguística portuguesa, como as *Orígenes* de Menéndez Pidal, os dicionários de Joan Corominas, a *Enciclopèdia Lingüística Hispánica* ou o *A.L.P.I.*, sucede que a condição colonial certamente criou afinidades e acentuou semelhanças entre as duas línguas, que não estão suficientemente descritas e iluminadas. Suscita isto algumas perguntas, que anoto rapidamente, com antecipadas desculpas para o caso de já terem recebido respostas cabais e bem conhecidas de todos, menos de mim:

² A. Houaiss, *O Português no Brasil*, Rio de Janeiro, 2.^a ed., 1988, pp. 44-45.

a) A neutralização e perda de *-r* e de *-l* implosivos, característica do andaluz, mas bastante rara no português, encontra-se no espanhol do Caribe e da costa pacífica, mas também, pelo menos sob a forma de permuta de fonemas, se encontra no português de Minas e de São Paulo: *volta* > *vorta*, *alma* > *arma*, *paper*. Embora se trate de fenómenos que dispensam explicações monogenéticas, seria interessante descobrir alguma conexão que haja entre as suas diversas ocorrências.

b) Haverá uma razão comum, ou uma análoga reacção a estratificações sociais semelhantes, no abandono do pronome da segunda pessoa singular, *tu*, substituído por *vos* ou por *usted* na América espanhola e por *você* no Brasil?

c) Estará tudo dito sobre a marcada predilecção latino-americana pelos sufixos diminutivos, muito mais ricos e polimorfes que na Península? Para lá da clássica distinção entre *-ito* espanhol face a *-inho* português, o que une as duas línguas é a abundância do uso que ambas dão a estes processos de derivação, afectando não só nomes mas também pronomes (*elezinho*), advérbios (*agorinha*, *ahorita*, *ahoritita*, *ahoritica*) e até mesmo formas verbais nominais (*dormindinho*, *chorandinho*).

Bastantes outros aspectos poderiam ser apresentados aqui, com maior ou menor pertinência, mas não gostaria de alongar a lista destas afinidades entre o português e o espanhol da América, que são geralmente objecto de referência separada. Pode no entanto suceder que tais afinidades resultem de transmissões de uma língua a outra, o que tem interesse genético, ou de reacções semelhantes a situações comparáveis, o que tem interesse tipológico. O campo está aberto, parece-me, para abordagens comparatistas, cuja escassez pode testemunhar, a nível metalinguístico, do mútuo alheamento em que as línguas-objecto parecem viver.

Não passarei ao tópico seguinte sem, por um breve instante, aludir ao problema do andaluzismo e às três fases por que tem passado a sua interpretação: as semelhanças do espanhol americano com o andaluz foram primeiro explicadas pela origem meridional dos colonizadores e depois pela formação de koinés pouco marcadas, já que os colonizadores vinham de todas as regiões de Espanha e apenas um terço deles era andaluz (Henríquez Ureña); finalmente retornou-se à hipótese andaluza, já que nos quinze primeiros anos da colonização 60 por cento dos imigrantes vinham do sul de Espanha e, nos dez anos imediatos, dois terços das mulheres imigradas eram sevilhanas, o que bastou para constituir, nas palavras de Rafael Lapesa, um «primer estrato de sociedad colonial andaluzada», que outra coisa não seria que o «sedimento inicial» andaluz, alimentado nos séculos subsequentes por um contacto forçado com Sevilha e Cádiz, de que fala Alonso Zamora Vi-

cente³. No que respeita ao português do Brasil, a sua semelhança é indiscutivelmente maior com os dialectos meridionais de Portugal, o que motivou um itinerário interpretativo análogo ao que acabamos de ver, só que mais curto, constituído apenas pelas duas primeiras etapas: a posição prevalecente entre os autores continua a ser a de que na colónia se produziu uma nivelção dialectal com resultados semelhantes àquela que antes se produzira no sul de Portugal. Paul Teyssier é categórico: «Pesquisas mais profundas, porém, vieram mostrar que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal. O que sucedeu, de facto, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma koiné por eliminação de todos os traços marcados dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras não marcadas do Centro-Sul»⁴. O ponto de partida para esta posição foi dado por Serafim da Silva Neto, na sua própria *História*, de 1957: inspirado por seu turno em Henríquez Ureña, fornece algumas estatísticas da imigração portuguesa que, paradoxalmente, não demonstram o alegado pouco peso do contingente meridional. Nas primeiras prisões de São Paulo, havia 48 portugueses do norte e centro, 42 do sul e 23 das ilhas da Madeira e Açores, o que dá uma clara maioria à colonização do sul. O mesmo se depreende do número de declarantes ao Santo Ofício na Bahia em 1591-92: 37 eram do sul e apenas 25 do norte. Nos anos seguintes, 1593-95, os declarantes em Pernambuco eram 88 do norte e 52 do sul. Também Robert Ricard dá para o séc. XVI números semelhantes: 222 colonos do norte, 171 do sul e 38 das ilhas. Perante estas escassas estatísticas, que nunca dão ao elemento português meridional (incluindo o insular) uma parcela inferior a 40 por cento na colonização do Brasil, poderá pensar-se que a hipótese meridional nunca teria sido rejeitada com base nelas, se não fosse a opinião de Henríquez Ureña. De qualquer modo, convém recordar que já em 1959 Lindley Cintra dava uma interpretação diferente a estes factos: a generalização, na língua dos colonizadores, das características da pronúncia meridional dever-se-ia ao facto de esta ser «a que apresentava maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite»⁵. Esta opinião de Lindley Cintra, que distingue nitidamente entre *proveniência* meridional dos traços dialectais (o que no caso português até tem verosimilhança estatística) e *imitação* colonial de um dialecto europeu de prestígio, prefigura o modo como Yakov Malkiel

³ A. Zamora Vicente, *Dialectología Española*, Madrid, Gredos, 1960, p. 335.

⁴ P. Teyssier, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 78.

⁵ L. F. Lindley Cintra, «Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica», *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1958, pp. 186-195.

mais tarde destringeria a «ambiguidade» do termo *andalucismo*⁶, mas não tem sido muito ponderada, a começar por Silva Neto, que a citou⁷. Mas basta deste «breve instante» dedicado ao meridionalismo das línguas latino-americanas: não estará aqui um bom tema para um estudo comparativo de conjunto?

5. Continuemos a procurar as marcas mais visíveis da divisão de Tordesillas. O Brasil, estado bastante coeso apesar da sua estrutura federativa, e dispondo de continuidade territorial, proporciona o enquadramento ideal para um dos mais extremos casos de monolinguismo que se conhecem. Nem o hindi, nem o mandarim, nem o russo ocupam de um modo tão absoluto os respectivos territórios, que devem partilhar com minorias linguísticas mais expressivas que as sobreviventes línguas índias brasileiras. O Brasil é o país de menor percentagem de população índia, apenas 0,2 por cento (o que talvez corresponda a 350 mil índios), em contraste com a Bolívia e a Guatemala, ambas com cerca de 60 por cento (o que equivale a 4 e a 5,5 milhões de índios, respectivamente)⁸. A incidência do bilinguismo não é, por isso, grande e a variação dialectal, apesar de não estar exaustivamente estudada, também não provoca rupturas no tecido nacional. Com isto contrasta a diversidade inevitável que se pode observar entre os 19 países de língua espanhola e que Zamora Vicente⁹ atribui a factores de diferenciação como a geografia, os contactos com as línguas autóctones, o isolamento dos diversos focos de colonização, que evoquei atrás, e os níveis culturais de cada região. É importante a sobrevivência de algumas línguas índias: o quechua é falado por 4 milhões desde o sul da Colombia até ao norte da Argentina, o guarani é falado por 2 milhões no Paraguai e no norte da Argentina, o nahuatl é falado no México por 800 mil habitantes. No total, sobrevivem 20 milhões de falantes das línguas ameríndias, a maioria deles bilíngues (Lapesa). O contacto histórico do espanhol com estas línguas teve influência na actual diferenciação que se observa de estado para estado, ou grupos de estados (não havendo entre os autores concordância quanto ao número desses grupos e à sua distribuição geográfica). Mas outros factores foram responsáveis por um tipo interessante de variação: a distinção entre a língua das terras altas e a das planuras, mais castelhana aquela e mais andaluzada esta, não significa que os respectivos colonizadores tenham tido proveniências regionais diferentes. A

⁶ Y. Malkiel, *Linguistics and Philology in Spanish America*, Hague, Mouton, 1972, p. 37.

⁷ Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença, 3.^a ed., 1979, p.608.

⁸ *Lexicon*, VI, 1, p. 18

⁹ *Dialectología*, p. 320.

explicação é antes cultural: foi nos planaltos que se ergueram cidades como Lima e México, centros políticos, universitários e culturais onde a língua tendia a ser mais próxima dos padrões cultos europeus. Surgiu assim uma oposição –que não teria tido condições de se desenvolver no Brasil– entre os meios urbanos e os meios de população europeia dispersa, muitos destes situados perto da costa, onde a língua não era modelada pelas variedades cultas de Castela, mas pelas meridionais, veiculadas por viajantes e colonos recém-chegados ¹⁰.

Esta oposição entre meios urbanos e rurais parece não ter existido no Brasil, daí resultando mais um elemento de homogeneização. Não quer isso dizer que não tenha existido no Brasil «uma pequena elite estreitamente ligada ao espírito metropolitano», como observa Pilar Vázquez Cuesta ¹¹ e comprova a história da literatura colonial; mas não é disso que se trata e sim da inexistência, no Brasil, de populosas cidades, onde vivesse uma classe média informada e seguidora de modelos europeus. Em vez disso, «em todo o período de colónia o Brasil permanece um país essencialmente rural. As duas capitais sucessivas –Salvador depois, a partir de 1763, Rio de Janeiro– e algumas vilas de importância média com que conta a colónia preenchem apenas funções políticas, administrativas e religiosas: o seu papel intelectual e cultural é dos mais limitados. O Brasil não possui nenhuma universidade (os jovens brasileiros vão formar-se em Coimbra) nem tipografia. Esta é uma diferença fundamental que distingue a América portuguesa da América espanhola» ¹².

6. Com estas palavras, fica introduzido o tópico seguinte: os efeitos das diferentes políticas colonizadoras seguidas por Portugal e por Espanha. Por trás delas, desenham-se as diferentes realidades culturais e políticas que cada colonizador foi encontrar: enquanto os espanhóis depararam, entre aztecas, maias e incas, com sociedades evoluídas e altamente estruturadas, que exigiam uma ocupação do mesmo nível (à semelhança do que aos portugueses sucedeu na Índia), tais primores não eram requeridos pelas tribus tupis da beira-mar brasileira. A política portuguesa não se caracterizou, portanto, por um forte investimento em instituições locais, preferindo governar a distância e, no que respeita ao Brasil, concentrando na corte de Lisboa todas as decisões, mesmo de pormenor. Em contraste só aparente com isto, permitiu que os jesuítas, agentes de uma colonização paralela e altamente autonomizada,

¹⁰ R. Lapesa, *Historia de la Lengua Española*, Madrid, Gredos, 8.ª ed., 1980, p. 575.

¹¹ P. Vázquez Cuesta e M. A. Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*, Madrid, Gredos, 3.ª ed., 1971, I, p. 130.

¹² Teyssier, *História*, p. 76.

gozassem de uma liberdade de movimentos que nunca lhes havia de ser dada nas conquistas espanholas ¹³. Entrados no Brasil logo em 1549, só dezassete anos mais tarde seriam admitidos na América espanhola.

A Inquisição, a universidade e a imprensa fornecem três bons exemplos das diferenças na política de colonização. Nunca foi instalado um tribunal da Inquisição no Brasil, nem em África, sendo substituídos pelo envio periódico de visitantes, que reportavam ao tribunal de Lisboa. Em Goa houve um tribunal desde 1560, sob «remoto controle do inquisidor-geral de Lisboa» ¹⁴. A Espanha, por seu lado, instalou a partir de 1570-71 dois tribunais em México e Lima, e quarenta anos mais tarde um terceiro em Cartagena de Índias. Quando se tem em mente a vasta jurisdição destes tribunais e o modo como eles podiam influenciar a acção de particulares e de oficiais, percebe-se o grau de inibição que resultava da obrigação de consultar e pedir autorizações à metrópole.

Quanto às universidades. As primeiras foram fundadas em 1551, em Lima e México. Pouco depois, em 1554, já o vice-rei de México escrevia ao rei de Espanha, com transparente orgulho: «La Universidad que Vuestra Alteza envió a mandar que se fundase de todas ciencias en esta Ciudad se ha fundado y se leen todas» ¹⁵. Entre universidades e colégios mantidos pelas ordens religiosas, houve uns cinquenta espalhados por todo o território espanhol; neles «se formavam os funcionários e os técnicos da administração colonial, tanto civis como eclesiásticos» ¹⁶. Algum tempo mais tarde, em 1580, era já um problema mais avançado que os habitantes do Perú levavam à consideração de Filipe II: havendo universidade, «convendría que también gozasen de este beneficio los indios por haber entre ellos algunos de muy buenos entendimientos» ¹⁷. Enquanto isto acontecia, nem uma universidade, como vimos, foi instalada no espaço colonial português. E, na metrópole, a única havia de ser a de Coimbra, até 1911. Segundo uma hipótese de Diogo Ramada Curto, teria sido o êxito desta universidade o responsável pela não abertura de outras: «o aumento do número de estudantes terá conduzido a uma situação de excesso do número de graus em relação aos cargos disponíveis, situação que terá provavelmente estado na origem de uma reacção generalizada contra a multiplicação das escolas, das universidades e dos letra-

¹³ Charles Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Lisboa, Edições 70, 1989, pp. 90-91.

¹⁴ *Idem*, pp. 106-107.

¹⁵ Francisco de Solano, *Documentos sobre Política Lingüística en Hispanoamérica (1492-1800)*, Madrid, CSIC, 1991, p. 58.

¹⁶ *Idem*, p. LIV.

¹⁷ *Idem*, p. 77.

dos»¹⁸. De facto, os números são elevados: entre 1589 e 1594, a Universidade de Coimbra acolheu uma média de 1.200 alunos por ano e entre 1624 e 1629 essa média subiu para 1.300 alunos por ano. Teria sido preciso que Portugal seguisse uma política de séria descentralização administrativa para que todos os bacharéis de Coimbra encontrassem emprego. Em vez disso, eram os filhos das elites ultramarinas que vinham estudar para a Europa, desse modo reforçando a homogeneidade (e porventura a asfixia) das colónias do ponto de vista linguístico e cultural, à imagem do que acontecia com o político. E eram tão poucos esses ultramarinos! No séc. XVI, há registo de apenas 13 estudantes brasileiros em Coimbra, número que aumentou para 354 durante o séc. XVII e para 1752 durante o séc. XVIII¹⁹. Entre 1775 e a independência do Brasil, Coimbra formou 720 brasileiros, enquanto só a Universidade de México produzia, exactamente no mesmo período, 7.850 bacharéis e 473 doutores²⁰.

A introdução da tipografia nas colónias é outra pedra de toque das prioridades espanholas. Foi o bispo de México Fray Juan de Zumárraga quem, chegado às Índias em 1528, logo concluiu que «a instalação de uma imprensa no Novo Mundo ajudaria à empresa de evangelizar os índios e de promover a educação nas colónias»². Graças aos seus esforços, foi posta a funcionar na cidade de México uma sucursal da tipografia sevilhana dos Cromberger, a cargo de Juan Pablos: dela saíu em finais de 1540 um *Manual de Adultos*, que é o primeiro livro seguramente impresso em México (há notícias, mas nenhum exemplar conhecido, de uma *Breve y más compendiosa doctrina cristiana en lengua mexicana y castellana*, impressa por Pablos no ano anterior). Depois disso, a tipografia não demorou a instalar-se em outras capitais espanholas: em 1581 em Lima (Antonio Ricardo) e em 1593 nas Filipinas, que estavam na dependência de México. A circulação de gazetas periódicas em México a partir de 1722 e de 1744 em Lima testemunha da existência de mercados consumidores de leitura. No final do século XVIII, havia onze cidades do Novo Mundo espanhol equipadas com tipografias em laboração. É certo que na colónia portuguesa de Goa, onde as condições sociais e culturais mais se assemelhavam às de México e Peru, floresceu durante cerca de um século, a partir de 1556, uma imprensa de inspiração e serventia principalmente religiosa, que não deve ter diferido muito da espanhola, mas mesmo essa produ-

¹⁸ *História de Portugal*, dir. J. Mattoso, Lisboa, 1993, III, p. 362.

¹⁹ S. S. Neto, *História*, p. 605.

²⁰ Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, S. Paulo, T. A. Queiroz, 1985, p. 22.

²¹ Clive Griffin, *Los Cromberger. La Historia de una Imprenta del siglo XVI en Sevilla y Méjico*, Madrid, Ed. de Cultura Hispánica, 1991, pp. 117-124.

ção de livros foi interrompida em meados do século XVII e o Marquês de Pombal não consentiu que ela recomeçasse, quando isso lhe foi proposto. Não surpreende, por isso, que no Brasil só tenha sido autorizada a definitiva instalação de uma imprensa, e inicialmente apenas sob controle oficial, a partir da mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Não foi o centralismo português que abdicou, foi o centro que se deslocou, por razões napoleónicas, para a periferia. Antes, em 1747, um prestigiado impressor de Lisboa, Isidoro da Fonseca, conseguiu publicar alguns livros no Rio, mas viu a sua oficina encerrada e foi expulso da colónia por ordem expressa da corte. Todas as outras tentativas particulares de produzir livros no Brasil foram abortadas sem dificuldade: a produção de livros seria cara, o mercado quase inexistente, dada a incultura geral, os condicionamentos da publicação exorbitantes. Convém não esquecer os regulamentos da censura eclesiástica, a que sucederam sem abrandamento os da Mesa Censória no tempo do Marquês de Pombal: é exemplar o caso dos missionários empenhados em literatura de interesse tão regionalizado como os catecismos, gramáticas e dicionários das línguas locais, os quais tinham de mandar esses livros a Portugal para serem censurados, impressos, publicados e mandados de volta, um processo, como observou Charles Boxer, que era «dispendioso e moroso» e que os espanhóis normalmente conseguiam evitar ²².

7. Talvez tenha sido graças a processos deste tipo, postos ao serviço de uma política fechada que atingiria o seu zénite sob um déspota iluminado como Pombal, que Portugal conseguiu o milagre da unidade territorial, nacional e linguística do Brasil. Muitas questões, e porventura algumas reticências, se poderiam levantar a esse respeito, mas o facto subsiste, a meu ver, que é essa fundamental unidade brasileira, com a sua história, as suas vantagens e desvantagens, as suas incertezas futuras, que constitui o principal traço caracterizador da América lusófona face à sua contraparte do outro lado da isoglossa de Tordesillas, contraparte cuja fragmentação não oferece dúvidas maiores que a de saber em quantos grupos linguísticos se divide a América hispanófona²³.

Isto fica dito, evidentemente, no plano em que me situei desde o início: o da geografia linguística. Mas é altura de perguntar se a nítida distinção que assim encontramos na horizontalidade do mapa, atribuível de modo seguro, ainda que indirecto e evoluído, ao facto político de Tordesillas, é a que mais interessa na América Latina de hoje. Não haverá distinções de outra natureza

²² Boxer, *o.c.*, p. 114.

²³ Confr. Zamora Vicente, *Dialectología*, pp. 320-321, com Coloma Lleal, *La Formación de las Lenguas Romanas Peninsulares*, Barcelona, Barcanova, 1990, pp. 327-330.

que actuam do mesmo modo em ambos os lados das fronteiras linguísticas, distinções entre a linguagem de um político e a dos seus eleitores, de um médico e do doente, de um professor e dos seus alunos? Se tudo se pudesse resumir ao contraste de um bloco unitário de português frente a vários núcleos diferenciados de espanhol, porque é que a sociolinguística, que se ocupa da variação interna dos sistemas de comunicação, se está a revelar uma disciplina tão florescente, tão pungentemente satisfatória e produtiva no Brasil como nos seus vizinhos de continente?

Porque, responde Paul Teyssier, «as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialectologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical»²⁴. Ou porque, na formulação mais dramatizada de Serafim da Silva Neto, «há um profundo fosso entre os falares urbanos e os falares rurais», fosso que, de modo talvez carecido de actualização, Silva Neto desdobra em três categorias urbanas (norma culta, norma familiar culta, norma vulgar) e em falares regionais-rurais²⁵. Ou seja, a unidade linguística brasileira não pode ser avaliada apenas à luz de uma língua literária que não está, apesar de particularismos, totalmente divorciada da europeia, nem de uma reduzida fragmentação dialectal; ela tem de passar também pelo teste do crescente afastamento de níveis que, por razões económicas e políticas, se observa na estratificação socio-cultural dos países do Terceiro Mundo.

A questão não é, assim, nem simplesmente linguística, nem privativamente brasileira: suponho que em toda a América Latina aquelas camadas da sociedade que se multiplicam com mais rapidez são as que experimentam a mesma dificuldade em ter acesso a mínimos de riqueza, de saúde, de educação e de emprego. Não é seguramente Tordesillas que separa esses pobres dos ricos que vivem ao seu lado, mas a quem não falam, nem em espanhol, nem em português, porque pouco ou nada teriam para lhes dizer. A fronteira que mais importa na América Latina, porque é a que mais dói, não passa entre «pueblos vecinos», mas entre homens vizinhos.

²⁴ Teyssier, *História*, pp. 78-79.

²⁵ S. S. Neto, *História*, p. 602.